

GUIA

de estudos

Incluindo

- ▶ Bibliografia para Concursos Públicos
- ▶ Orientações para estudar jurisprudência
- ▶ Como otimizar a resolução de questões
- ▶ **Modelo de ciclo de estudos**
- ▶ **Planner para a leitura de Informativos**
- ▶ **Planner de leitura e revisões para o estudo das legislações**



GUIA de estudos

2023, 10.02.2023

CONTEÚDO

Se você está iniciando o estudo para concursos públicos ou sente a necessidade de uma organização e planejamento melhor, este material vai contribuir bastante com a sua preparação.

Neste guia você encontrará:

<i>Indicação bibliográfica</i>	4
<i>Dicas para resolução de questões</i>	14
<i>Orientações para o estudo de jurisprudências</i>	17
<i>Controle de leitura de Informativos</i>	21
<i>Planner para ciclo de estudos</i>	24
<i>Metas da legislação - Planner de leitura e revisões</i>	32

INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Por mais importante que seja, a “letra da lei” é apenas parte do que envolve o estudo para concursos públicos. Doutrina, resolução de questões e o estudo da jurisprudência formam o conjunto básico para uma boa preparação. Além destes, um outro elemento que faz muita diferença é a construção do seu próprio material, seja por meio de anotações em cadernos físicos ou em meios digitais – produzir algo baseado em toda a bagagem que você vai adquirindo ajuda muito em um entendimento cada vez mais sólido do conteúdo.

Para seguir com seu estudo, construindo essa base mais sólida, você pode optar por algum dos vários cursos disponíveis no mercado. No entanto, ter um bom livro para a disciplina em estudo é algo que consideramos muito importante.

Nesta seção listamos algumas indicações bibliográficas para auxiliar sua escolha, mas, como sabemos que material de estudo é algo muito pessoal – a didática de determinados professores pode ser boa para algumas pessoas e, para outras, ser tediosa ou de difícil compreensão –, seja proativo, tome como referência e encontre o que se encaixa melhor nas suas necessidades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

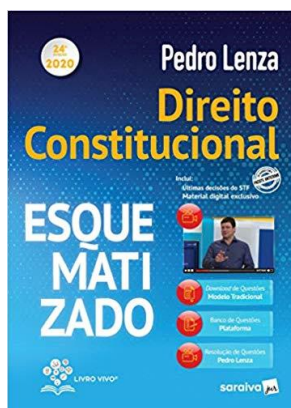


Manual de Direito Constitucional

Nathalia Masson

Com uma ótima didática, este livro traz a doutrina com jurisprudência e vários esquemas de fixação, bibliografia comparada e destaques numa segunda cor.

Traz também diversas questões de concursos comentadas e indicação de assuntos que já foram cobrados em prova oral.



Direito Constitucional Esquematizado

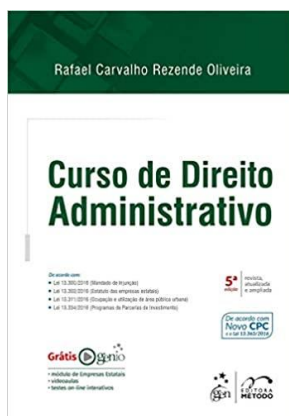
Pedro Lenza

O livro do professor Pedro Lenza contém todas as atualizações ocorridas no Direito Constitucional, considerando as ECs, as súmulas e as principais decisões do STF. Trata-se de um verdadeiro método de ensino, com linguagem fácil e direta, e com recurso gráfico que auxilia o estudo e a memorização dos principais temas. Conta também com um material complementar em formato de vídeos ao longo dos capítulos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Curso de Direito Administrativo

Rafael Oliveira



Nossa principal recomendação para o estudo de Direito Administrativo.

A obra é resultado da experiência do autor como professor, bem como da sua atuação profissional como procurador do Município do Rio de Janeiro, advogado liberal e consultor jurídico, o que permite estabelecer o diálogo entre a teoria e a prática do Direito Administrativo.

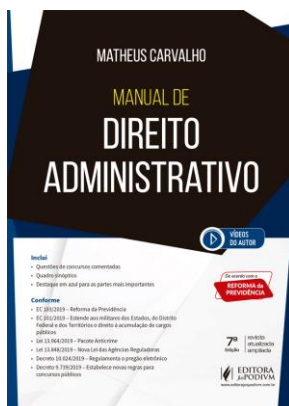
É um Curso de Direito Administrativo completo, atual e didático, com a demonstração das bases teóricas, doutrinárias e jurisprudenciais necessárias à compreensão crítica desse ramo do Direito.

Traz também as mais significativas posições doutrinárias e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, sempre acompanhados da opinião fundamentada do autor.

Destaca-se a jurisprudência atualizada do STF, do STJ e do TCU, com menção aos respectivos Informativos.

Manual de Direito Administrativo

Matheus Carvalho



Este é o livro de Direito Administrativo mais utilizado entre os concurseiros.

É uma obra completa, possui linguagem de fácil compreensão, traz jurisprudências, questões de concursos comentadas, quadros explicativos e QR Code direcionando para um vídeo do professor.

AFO – DIREITO FINANCEIRO

Manual de Direito Financeiro

Harrison Leite



Este livro de Direito Financeiro é muito completo e, como todos dessa coleção da Editora Juspodvm, possui uma linguagem bem acessível, inclusive para quem nunca teve contato com a matéria.



Curso de Direito Financeiro Brasileiro

Marcus Abraham

Outro excelente livro.

Com sua densidade temática, auxilia demais no juízo crítico sobre a matéria, não é apenas repetição argumentativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

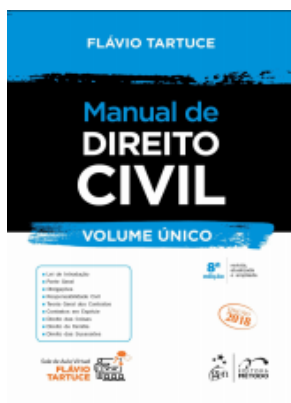


Direito Tributário

Ricardo Alexandre

Este é o melhor livro de Direito Tributário para concursos. O professor Ricardo Alexandre possui uma ótima didática, seu conteúdo está sempre muito atualizado e só melhora a cada edição.

DIREITO CIVIL



Manual de Direito Civil (Volume Único)

Flávio Tartuce

Os principais posicionamentos de Flávio Tartuce sobre as categorias jurídicas. Manual de Direito Civil – Volume Único traz comentários do autor sobre enunciados doutrinários e eventos históricos acompanhados de súmulas e ementas dos tribunais brasileiros.

O livro ainda apresenta interação teórica e prática entre as categorias da civilística contemporânea e sua efetividade e com outros ramos jurídicos, como o Direito Constitucional e o Direito do Consumidor, e está atualizado com as principais modificações promovidas pelo Novo Código de Processo Civil e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Com destaque especial para os julgados constantes dos Informativos de Jurisprudência e da ferramenta Jurisprudência em Teses, ambos do STJ, estão expostas as grandes teses do Direito Civil Contemporâneo.



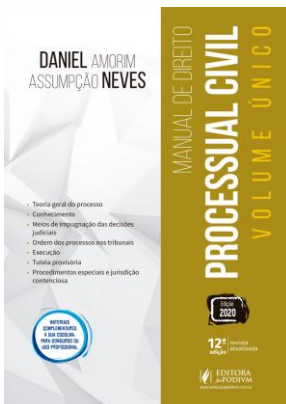
Manual de Direito Civil (Volume Único)

Cristiano Chaves de Farias, Felipe Braga Netto e Nelson Rosenvald

Os autores deste livro também possuem um material com 7 volumes. No entanto, de forma objetiva e sem perder a profundidade, condensaram a obra neste volume único.

Como os próprios autores afirmam, este livro não se trata de um resumo, mas de obra pensada para o formato volume único, conjugando densidade teórica com objetividade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL



Manual de Direito Processual Civil (Volume Único)

Daniel Assumpção Amorim

Este livro é especialmente indicado para o estudo de longo prazo, pois, apesar do autor não ser prolixo e apresentar os assuntos com uma linguagem fácil e de rápida compreensão, é um livro grande. No entanto, por ser muito completo e ter uma ótima visão crítica, é sem dúvidas a nossa principal recomendação para o estudo desta disciplina.



Diálogos sobre o novo CPC

Mozart Borba

O livro é muito didático e está mais completo a cada nova edição.

Traz ótimas revisões para quem já estuda a matéria e apresenta os assuntos de forma muito fácil para quem está começando.

DIREITO PENAL



Manual de Direito Penal – Parte Geral e Especial

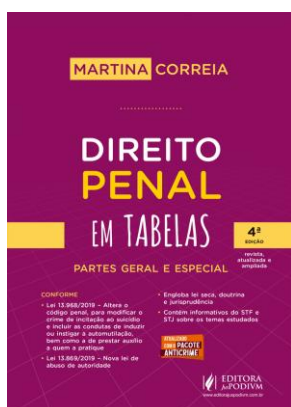
Rogério Sanches

Na mesma linha da nossa recomendação para o livro do Daniel Assumpção Amorim, em Processo Civil, este livro é especialmente indicado para o estudo de longo prazo.

O professor Rogério Sanches é um dos melhores penalistas do Brasil e seu livro, com uma linguagem didática, traz os principais pontos doutrinários e jurisprudenciais do Direito Penal de forma menos complicada.

No entanto, para uma leitura pré-prova ou caso Direito Penal não seja uma das principais disciplinas do seu concurso, sugerimos o Direito Penal em Tabelas da professora Martina Correia.

Veja a seguir.



Direito Penal em Tabelas

Martina Correia

É um livro que traz o Direito Penal explicado de forma muito objetiva e com espaço interessante para fazer anotações.

Não tem a profundidade que livros como o do Rogério Sanches se propõe, mas é excelente para uma leitura pré-prova ou caso Direito Penal não seja uma das principais disciplinas do seu concurso.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



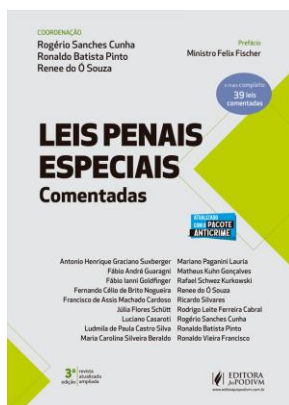
Manual de Processo Penal (Volume Único)

Renato Brasileiro de Lima

O professor Renato Brasileiro tem uma didática impecável. É a doutrina mais completa e sem dúvidas a nossa principal recomendação para Processo Penal.

No entanto, mesmo a leitura sendo muito agradável, em razão deste livro ter como proposta ser de volume único, é bastante extenso e com pouca margem para anotações.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

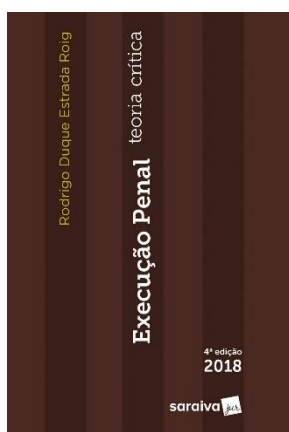


Leis Penais Especiais Comentadas

Rogério Sanches Cunha, Ronaldo Batista Pinto e Renee do Ó Souza

O livro traz mais de 30 leis extravagantes comentadas artigo por artigo e com uma ótima profundidade. Mesmo aquelas em que o Direito Criminal aparece de forma periférica, foram comentadas nos seus aspectos penais e processuais.

EXECUÇÃO PENAL



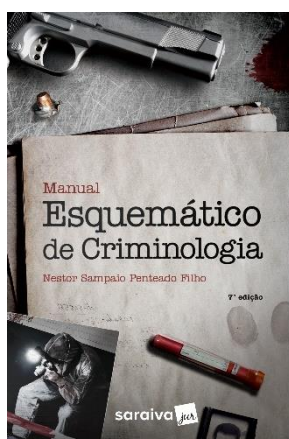
Execução Penal: Teoria Crítica

Rodrigo Duque Estrada Roig

A obra destina-se a estudantes e profissionais, apresentando de maneira crítica uma nova visão da execução penal, a partir de extensas pesquisas realizadas no Brasil e no exterior.

Fruto das experiências profissionais, dos estudos de Pós-doutorado em Direito Penitenciário junto à Università di Bologna (Itália) e das aulas de Execução Penal ministradas pelo autor nos Cursos de Pós-graduação da UERJ e da Universidade Cândido Mendes, o livro examina didaticamente as mais modernas orientações doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema.

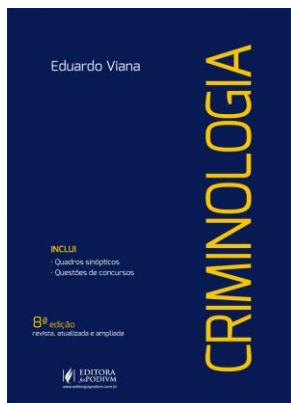
CRIMINOLOGIA



Manual Esquemático de Criminologia

Nestor Sampaio Penteado Filho

Como nosso foco é o estudo para concursos públicos, este livro é nossa principal recomendação. Conta com uma linguagem muito acessível e consegue direcionar bastante para a parte mais importante do conteúdo.

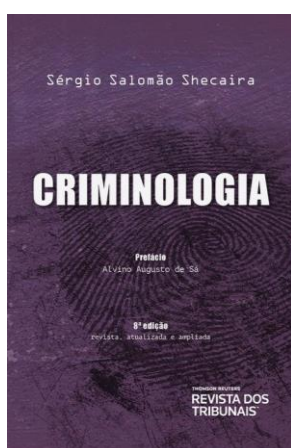


Criminologia

Eduardo Viana

É um dos livros mais utilizados para o estudo da criminologia e provavelmente cobre tudo que está sendo exigido no seu edital.

Veja o sumário junto com o livro do Schecaira para avaliar qual atende melhor suas necessidades.



Criminologia

Sérgio Salomão Schecaira

Profundo estudo das escolas sociológicas do crime, esta obra busca identificar os pontos de interseção entre a Criminologia e o Direito Penal, analisando as influências diretas ou indiretas de cada escola criminológica sobre a legislação penal.

DIREITO DO CONSUMIDOR



Direito do Consumidor – Coleção Leis Especiais

Leonardo Garcia

Com uma ótima linguagem, o autor aborda aspectos doutrinários, jurisprudenciais e a aplicação em questões das principais bancas de concursos públicos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



ECA – Coleção Leis Especiais

Guilherme Freire de Melo Barros

Tal como o livro de Direito do Consumidor, esta obra traz de forma muito objetiva os aspectos doutrinários, jurisprudenciais e a aplicação em questões das principais bancas de concursos públicos.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS



Interesses Difusos e Coletivos (Volume 1)

Cleber Masson, Adriano Andrade e Landolfo Andrade

Interesses Difusos e Coletivos (Volume 2)

Adriano Andrade, Cleber Masson, Landolfo Andrade, Gabriel Lino, Lauro Ribeiro e Rafael Machado

Com importantes tópicos do Direito Material Coletivo e do Direito Processual Coletivo, os livros expõe diversas posições da doutrina e da jurisprudência.

O volume 1 do livro abrange Fundamentos de Direito Coletivo, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo, Direito do Consumidor e Improbidade Administrativa.

O volume 2, organizado em sete capítulos, abrange Direito Ambiental, Direito da Criança e do Adolescente, Direito da Pessoa com Deficiência, Direito do Idoso, Direito à Educação, Lei Anticorrupção Empresarial e Direito à Saúde.

DIREITO EMPRESARIAL



Direito Empresarial

André Santa Cruz

Para um estudo mais aprofundado, este livro é nossa principal recomendação. O autor traz temas atingidos por alterações legislativas e inserções de julgados importantes do STJ. Conta com destaque para a Lei da Liberdade Econômica, discute a nova Lei de Franquias, a Lei que criou a ESC e a Empresa Simples de Inovação (Inova Simples), bem como a LC 169/2019, que trouxe de volta a sociedade de garantia solidária.

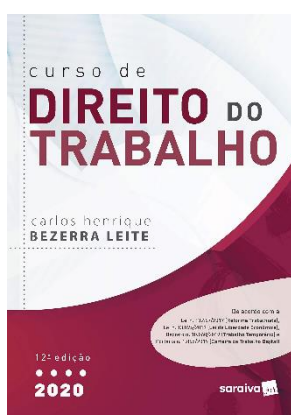


Direito Empresarial - Sinopse

André Santa Cruz

Se para sua necessidade um livro mais objetivo for suficiente, a Editora Juspodivm, na coleção Sinopses, tem um livro elaborado pelo mesmo autor.

DIREITO DO TRABALHO



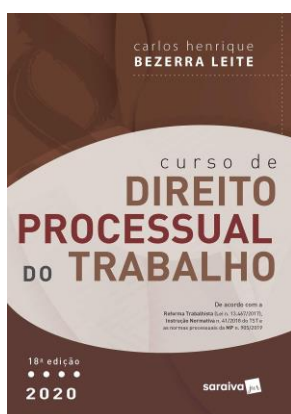
Curso De Direito Do Trabalho

Carlos Henrique Bezerra Leite

Curso de Direito do Trabalho, de Carlos Henrique Bezerra Leite, é redigido em linguagem simples, direta e descomplicada, mas ao mesmo tempo pautada em sólida argumentação jurídica. O livro é fruto da experiência do autor no exercício da pesquisa científica, do magistério superior e da magistratura, e apresenta a nova abordagem hermenêutica do Direito do Trabalho sob o prisma dos direitos fundamentais sociais trabalhistas - todos reconhecidos na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

O livro contém ainda estudos sistematizados de teoria geral do direito do trabalho, direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito internacional do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

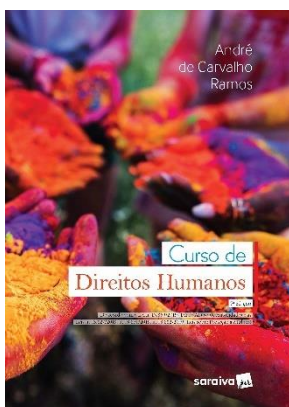


Curso de Direito Processual do Trabalho

Carlos Henrique Bezerra Leite

Do mesmo autor do livro de Direito do Trabalho, esta obra é nossa principal recomendação para o Direito Processual.

DIREITOS HUMANOS



Curso de Direitos Humanos

André de Carvalho Ramos

Este livro é referência para as bancas examinadoras e nossa principal recomendação. Traz os principais delineamentos normativos e precedentes judiciais, para que os leitores possam, depois, aprofundar em um tema específico. Detalha os principais institutos da matéria, abarcando a visão nacional e internacional, dos direitos humanos e seus órgãos de proteção, bem como o estudo dos direitos em espécie, acompanhado da análise dos contornos dos casos concretos apreciados pelos tribunais do País.



Curso de Direitos Humanos

Valerio de Oliveira Mazzuoli

Um livro completo sobre os Direitos Humanos. Valerio Mazzuoli aborda o processo de internacionalização dos Direitos Humanos e seu impacto na ordem jurídica interna.

Com uma linguagem muito didática e a utilização de quadros e esquemas, o livro traz os tópicos exigidos na maior parte dos editais. Conta também com um sala de aula virtual, trazendo vídeos, questões, legislação e estudos de caso sobre Direitos Humanos e Direito Internacional.

RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

Resolver questões é provavelmente a parte mais importante da preparação para provas de concursos públicos. Não apenas para entender a forma de cobrança e os entendimentos da banca organizadora, mas também para testar sua retenção do conteúdo e evidenciar onde precisa melhorar.

A regularidade neste estudo faz você passar do estágio de frustração com as questões que parecem contraditórias para uma capacidade bem maior de construir o raciocínio que identifica as alternativas corretas, tornando cada vez mais comum o sentimento de “eu já vi esta questão antes”.

Respondendo três perguntas, neste guia vamos indicar caminhos para que você melhore essa sua capacidade resolutive, seguindo com seu estudo de forma mais efetiva.

Qual a melhor forma de resolver questões?

Imprimindo provas anteriores? Comprar um livro de questões comentadas? Fazer as questões que estão incluídas no seu curso em PDF? Utilizar um sistema (site) de questões?

Sem ter a intenção de ditar uma regra, pois sua rotina de estudos pode funcionar muito bem e de forma diferente da que vamos destacar, o que pretendemos é chamar sua atenção para três pontos:

1. **Eficiência:** seus recursos são escassos (seja dinheiro, tempo ou energia mental) e, sabendo disso, somado ao volume de conteúdo que precisa ser estudado e o nível da concorrência que cada vez se torna mais especializada, buscar caminhos mais eficientes é fundamental.
2. **Atualização:** quantas vezes você leu determinado conteúdo, publicado há alguns meses, e se perguntou se aquilo ainda estava atualizado? Se você não se questiona sobre isso ou não é proativo a esse respeito, você está muito errado.
3. **Revisões:** você já entendeu que as revisões são mais importantes do que o estudo inicial? O conhecimento só se torna sólido e facilmente acessado pelo cérebro quando mostramos para ele que aquelas informações são importantes.

Logo, perceba que:

Imprimir provas anteriores, utilizar livros com questões comentadas ou aquelas incluídas no seu curso em PDF são formas de resolver questões que certamente podem funcionar muito bem para um determinado momento do estudo, pontualmente. No entanto, se você só tem como hábito resolver questões por esses caminhos, é muito provável que esteja errando em um ou mais pontos que destacamos.

Levando em conta a quantidade de ferramentas disponíveis em **sistemas de questões**, além dos valores serem muito acessíveis, essa é sem dúvida a nossa principal recomendação. Apenas para citar alguns dos recursos, neles você encontra:

- › Uma grande **diversidade de filtros**, possibilitando montar sua bateria de questões por matéria, banca, ano, concurso específico, já resolvidas, somente as que você errou e, atualmente, com filtros até mesmo por artigos de lei;
- › Possibilidade de criar **simulados** a partir dos filtros que destacamos ou os que o próprio sistema oferece. Dessa forma você consegue realizar, por exemplo, diversas provas com a mesma estrutura da que terá no seu concurso;
- › Além da resolução de questões, esses serviços fornecem **estatísticas** do seu desempenho, te ajudando a identificar onde estão suas maiores dificuldades e uma visualização mais clara do seu progresso;
- › **Comentários** de professores e toda uma comunidade de estudantes que, junto com as várias dicas, sempre estão atentos para que aquele conteúdo disponibilizado não esteja desatualizado; e
- › Construção mais dinâmica dos seus **cadernos de erros**, conforme detalharemos a seguir.

O que é e como construir um caderno de erros?

Cadernos de erros são uma seleção de questões que você errou ou que, mesmo tendo acertado, ficou com dúvidas importantes em determinadas alternativas. A finalidade da construção desses materiais é que funcionem como revisões mais ativas, focadas nas suas dificuldades e com os temas que, por já terem sido cobrados, têm muita probabilidade de cair na prova. Logo, esses cadernos são especialmente importantes em momentos pós-edital e na semana antes da prova.

É possível ser aprovado sem montar um caderno de erros? Sem dúvidas!! Mas veja algumas das vantagens de revisar por esse método:

- › Quem costuma resolver muitas questões certamente já reparou que determinados assuntos são mais cobrados do que outros. E, mais do que os assuntos em si, a forma de cobrança muitas vezes segue um padrão.

Ao destacar algumas dessas questões recorrentes no seu caderno de erros, caso tenha dificuldade no assunto, você está criando um material muito importante para futuras revisões, com grande probabilidade de conter alternativas semelhantes às que encontrará na sua prova.

- › Nada do que é vendido (livros, cursos, muito menos resumos produzidos por terceiros...) tem condições de ser mais personalizado, sanando suas deficiências, do que algo que você constrói conforme vai progredindo no estudo. E, se é importante utilizar bons materiais como fonte para essa construção, imagine questões da banca que está organizando seu concurso.

Um caderno de erros bem feito (e isso você desenvolve com o tempo), junto com as demais anotações que faz para esquematizar os assuntos conforme sua linha de raciocínio, te ajuda muito na formação do seu conhecimento, cobrindo suas dificuldades em pontos que costumam ser mais cobrados.

A forma de construir esse caderno pode ser, entre outras maneiras:

- › Criando cadernos específicos no sistema de questões que você utiliza; ou
- › Copiando no Word (ou em outro editor de textos da sua preferência) as questões que julgar importantes para essa finalidade. Consideramos esse método mais interessante, pois você consegue ir adicionando mais facilmente e retirar aquelas que com o tempo vão se tornando fáceis. Além disso, construindo em um editor de textos, fica mais simples para incluir comentários, ajustar para impressão e sempre estar disponível quando não tiver acesso à internet.

Qual sistema escolher?



Qconcursos



Estratégia Questões



TEC Concursos

Qual o melhor entre esses três? Se você já utiliza algum e está satisfeito, você já tem sua resposta. Nenhum sistema será melhor do que aquele que você já tem suas estatísticas, cadernos montados e está adaptado ao formato.

Ainda que algum tenha determinado recurso que outro não disponibilize, todos possuem as características que descrevemos aqui e o que realmente fará toda a diferença é a regularidade no seu estudo, por isso é tão importante que você goste das funcionalidades do sistema que está usando.

Todos os três liberam um período ou quantidade gratuita de questões para você utilizar a plataforma e ver se gosta, assim poderá fazer um teste em todas elas.

No entanto, se ainda restar alguma dúvida sobre qual escolher, nossa recomendação é o **Qconcursos**. É o sistema que possui a maior comunidade de estudantes.

ESTUDO DE JURISPRUDÊNCIAS

Além das leis e doutrinas envolvidas nos temas abordados pelo edital, é fundamental que o candidato, dependendo do cargo almejado, possua também conhecimento jurisprudencial.

Nesta seção responderemos algumas das perguntas sobre o estudo de jurisprudências. No entanto, antes de trazer as orientações, é importante clarear o conceito de jurisprudência, de súmula e de informativo para que o conteúdo deste material seja melhor aproveitado.

A jurisprudência pode ser vista como um conjunto de decisões contemporâneas que apontam em um mesmo sentido, uma sucessão de julgados que coincidem entre si, determinando o entendimento do tribunal naquele assunto. Com o tempo, conforme determinada jurisprudência se consolida, ela pode ser transformada (resumida) em um enunciado, a súmula da jurisprudência.

Em outras palavras, de forma mais objetiva, uma jurisprudência é formada a partir de diversos precedentes (julgados que trazem elementos normativos) em um mesmo sentido e, quando essas decisões estão pacificadas, mais sedimentadas, podem ser sintetizadas em uma súmula.

Os informativos (informativos de jurisprudência), por sua vez, são boletins periódicos publicados pelos tribunais, contendo decisões sempre que um feito relevante é julgado.

Feita essa introdução, e após os pontos que vamos detalhar na sequência, você vai compreender melhor a razão pela qual esse estudo tem sido cada vez mais importante. Além disso, conforme nossa visão, baseada em muito do que hoje tem sido abordado em provas de concursos, vamos trazer algumas dicas sobre como otimizar o estudo. Organizamos a explicação em quatro partes:

Qual a relevância e para quem é direcionado?

O que deve ser estudado e por onde começar?

Como otimizar o estudo?

Como se manter atualizado?

Qual a relevância e para quem é direcionado?

Já faz algum tempo que as bancas organizadoras deixaram de cobrar apenas a letra da lei (e isso não é mais novidade para ninguém), conhecimentos doutrinários passaram a ser cada vez mais exigidos. Ocorre que, buscando dificultar ainda mais a vida dos candidatos, nos últimos anos encontramos muitas questões exigindo também o entendimento dos tribunais sobre os assuntos. Tal entendimento, que já foi suficiente ser conhecido por meio dos enunciados, tem se tornado insuficiente, pois não se trata mais de apenas memorizar súmulas, mas compreender a reflexão jurídica por trás das decisões que levaram à construção da jurisprudência.

Mas antes de você começar a achar que está estudando errado ou de forma limitada, vamos entender para quem esses conhecimentos são mais cobrados. Embora a exigência esteja presente em concursos de diversos níveis, cada um possui sua intensidade e nível de aprofundamento.

Em geral, provas de nível médio e em cargos administrativos muito do que você precisa já está incorporado pelos autores em livros de doutrina, nos materiais de cursos e nas aulas que assiste. No entanto, quando você está prestando provas para carreiras jurídicas, fiscais, de controle e cargos da área policial, como o de Delegado, você vai se deparar com diversas questões que trazem, como já destacamos, não só o conhecimento superficial constante no que diz uma súmula ou naqueles conteúdos já consolidados também em livros, mas, por exemplo, baseadas em situações retiradas de informativos mais recentes.

Destacamos ainda outras importantes razões para você considerar encarar este estudo de forma constante, incorporado à rotina:

- › Por não estar, para a maioria das pessoas, entre as matérias mais agradáveis, é interessante que seja distribuído entre os seus dias de estudo. Além disso, o conhecimento é construído pouco a pouco, na regularidade, não adianta você sempre negligenciar e resolver, em uma reta final, correr para tirar o atraso.
- › O custo-benefício é algo que precisa ser considerado. Além de te estimular na construção de uma linha de pensamento, com juízo crítico, voltado à forma como as cortes leem as legislações e às aplicam, você estará, provavelmente, lendo uma das próximas questões que enfrentará em um concurso.

O que deve ser estudado e por onde começar?

Sabemos como é complicado acompanhar todos os entendimentos proferidos pelas cortes, especialmente se você tem a pretensão de estudar também as estaduais. Uma das maiores limitações de quem estuda para concursos é o tempo. Pensando nisso, indicamos alguns pontos principais que você deve ir fechando (como uma seleção de prioridades) e, conforme o tempo disponível, ir avançando para os demais, preenchendo as lacunas com outras fontes de estudo.

Ressaltamos, como em outros momentos, que para muitos concursos é suficiente conhecer apenas as súmulas dos tribunais superiores e os entendimentos jurisprudenciais que já estão consolidados em livros com foco na doutrina. No entanto, para determinadas provas você precisará estar, de fato, acompanhando os últimos informativos do STJ e do STF, ficando atento até mesmo em questões não pacificadas. E piora: caso você vá prestar um concurso para uma carreira específica, como, por exemplo, as que envolvem matérias trabalhistas ou eleitorais, existem também os entendimentos do TST e do TSE, respectivamente.

Na lista a seguir, destacamos ordenadamente os conteúdos que julgamos mais interessantes, tendo como referência as fontes mais utilizadas pelas bancas para elaborar as questões quando o assunto envolve jurisprudência. E vale sempre a observar: aprofunde nos assuntos conforme o concurso almejado. Além disso, uma segunda observação: você não precisa esgotar um dos pontos para partir para o próximo, tudo deve ser visto de forma complementar.

1. Súmulas vinculantes e persuasivas:

Divididas em vinculantes e persuasivas, as súmulas costumam ser muito cobradas, pois são entendimentos não apenas pacificados, como também destacados pelas cortes. Fizemos esta distinção entre elas para indicar, separadamente, a importância que possuem no seu estudo:

- › As **súmulas vinculantes**, introduzidas pela EC 45/2004, art. 103-A da CF, são criadas pelo STF e representam uma categoria diferenciada, com caráter de obrigatoriedade. Considerando sua importância e ter uma pequena quantidade (atualmente são 58), devem ser decoradas, independentemente do nível do seu concurso.
- › As **súmulas persuasivas**, enunciados criados por diversos tribunais, também são de grande relevância para o estudo. É muito importante que você acompanhe as que vão sendo publicadas, estude as dos últimos 3 anos, bem como as que, dada sua relevância, constam nos livros e cursos. Isso vale para as súmulas do STJ, do STF e de todos os tribunais envolvidos no escopo do seu estudo.

2. Vade Mecum de Jurisprudência – Dizer o Direito:

Antes do próximo ponto, onde recomendamos o acompanhamento dos novos informativos, é importante que você esteja em dia com seu estudo.

Por essa razão, neste ponto 2 indicamos o Vade Mecum de Jurisprudência do Dizer o Direito. A obra traz, nesta edição de 2020, a compilação dos informativos resumidos, referentes aos anos de 2014 até 2019, separados por disciplina e tema.



3. Informativos do STJ e do STF (diretamente e comentados):

A partir deste ponto, caso você esteja se preparando para provas de nível médio ou de cargos administrativos, não entendemos que terá um custo-benefício interessante. Porém, munido de bom senso, continue a leitura e extraia o que pode ser útil.

Quando as disciplinas jurídicas são cobradas com mais profundidade, acompanhar os informativos que vão sendo publicados, bem como a leitura dos últimos 2 anos, é de grande relevância e deve ser incorporado à programação do seu estudo.

Nossa principal recomendação é que você faça isso utilizando como primeira leitura os informativos disponibilizados pelos tribunais. O Dizer o Direito, embora traga uma forma de raciocinar jurisprudência que facilita demais a vida do estudante e seja suficiente para a maioria dos casos, possui um critério para selecionar os pontos mais relevantes das decisões, inevitavelmente deixando alguns detalhes de fora, o que fica claro em algumas provas.

Feita essa primeira leitura, que certamente demandará uma sensibilidade (experiência) maior para identificar o que efetivamente pode ser cobrado, você utilizará informativos comentados pelo Dizer o Direito ou outra fonte que você sinta mais segurança para utilizar, fazendo, assim, uma revisão dos assuntos com o olhar do autor.

4. Jurisprudência em Teses do STJ:

Este é um material incrível que vem sendo disponibilizado pelo STJ e que tem sido cada vez mais fonte de questões de provas. Trata-se de uma publicação periódica feita pela equipe de jurisprudência do tribunal, que apresenta um conjunto de teses sobre determinada matéria, com os julgados mais recentes, selecionados até a data de cada publicação.

5. Recursos Repetitivos (STJ) e de Repercussão Geral (STF):

Essa fonte, que tem sido bastante utilizada pelas bancas de concursos, vem se mostrando uma importante ferramenta para sua preparação. Naturalmente, quando estudar pelos conteúdos que já destacamos nos pontos anteriores, você vai tendo contato com as principais decisões, porém, é possível fazer a leitura direto pelo site dos tribunais e, copiando as que julgar mais interessantes, desenvolver um ótimo material para revisões.

E o Buscador do Dizer o Direito?



Buscador
Dizer o Direito

Assim como a assinatura de um sistema de questões, o Buscador do Dizer o Direito, segundo nosso entendimento, é um dos melhores investimentos que você pode fazer para sua preparação.

O sistema tem como principal serviço os informativos comentados, mas conta também com uma ótima ferramenta para pesquisa de jurisprudência, *podcasts*, simulados e materiais para *download*.

Considerando a economia de tempo e ser uma fonte muito segura para consultar jurisprudências, assinar o Buscador do Dizer o Direito complementa os tópicos do seu estudo que pontuamos aqui.

Existem outros serviços e cursos que elaboram informativos comentados? Sim. Inclusive alguns muito bons. Porém, considerando todo o acervo do Dizer o Direito e a continuidade da geração de conteúdo, que vem sendo desenvolvida pelo professor Márcio Cavalcante desde 2011, não consideramos dar outra sugestão.

Como otimizar o estudo?

Não é possível definir regras que vão valer para todos, pois, como já destacamos, cada concurso possui seu nível de aprofundamento. No entanto, é possível identificar alguns pontos que sempre serão muito importantes. Seguindo estas observações, pensando o estudo de jurisprudências de forma integrada aos demais (legislações e doutrina), você vai perceber que terá uma retenção bem maior do conteúdo:

› **Situe o tema doutrinariamente:**

Em uma decisão que trata de concessões de serviços públicos, por exemplo, dificilmente você verá uma introdução sobre o conceito. Logo, antes da leitura da decisão, dê início ao estudo entendendo a doutrina envolvida.

Muitos livros já seguem essa prática na explicação dos conteúdos, assim como é dessa maneira que os informativos do Dizer o Direito são comentados. Faça o mesmo ao realizar uma leitura de forma independente.

› **Acompanhe junto com a legislação envolvida:**

Entendemos ser muito importante fazer todas essas leituras sempre consultando o artigo que está sendo citado.

› **Visualize a história por trás do julgado:**

A ideia aqui é: entenda o caso prático, leia o inteiro teor e não seja apenas um analista de ementas. Sem dúvidas a profundidade desse estudo depende do cargo pretendido e por toda a leitura das nossas observações você já deve ter entendido isso. A atenção que estamos buscando provocar é para que você perceba que uma súmula não nasce daquele enunciado de 2 ou 3 linhas, assim como toda explicação, por mais bem feita que seja, sempre poderá deixar passar detalhes.

› **Mantenha listas de leitura:**

Utilizar planilhas complexas para organizar o estudo nunca será um pré-requisito determinante para a aprovação, mas, certamente, não ter controle algum é meio caminho para a reprovação. A dica aqui é que você tenha sua rotina de estudos e, junto a isso, um método para organizar as leituras, inclusive para programar suas revisões.

Como se manter atualizado?

Já respondemos essa questão, direta e indiretamente, em várias passagens dessa orientação para o estudo de jurisprudências. Aqui vamos indicar, de forma objetiva, três pontos que entendemos como fundamentais:

1. Se está iniciando agora seus estudos ou esta foi uma parte que sempre negligenciou, comece colocando as leituras em dia. Seja com um curso dedicado a isso, ou utilizando um material como o Vade Mecum de Jurisprudência do Dizer o Direito, ou, ainda, lendo os informativos passados (considerando os últimos 2 anos, que é a principal janela temporal que as bancas utilizam para a cobrança em provas).
2. Acompanhe os novos Informativos do STF e do STJ, bem como a Jurisprudência em Teses do STJ. Para auxiliar nisso, na próxima seção, trouxemos um controle de leitura de informativos. Caso você ache o método interessante, poderá utilizar na sua rotina de leituras e programar revisões.
3. Acompanhe as notícias e explore as ferramentas de consulta disponíveis no site dos tribunais. Especialmente:

STJ - <http://www.stj.ius.br>

STF - <http://portal.stf.ius.br>

Visite regularmente sites como o do Dizer o Direito:

Dizer o Direito - <https://www.dizerodireito.com.br>

LEITURA DE INFORMATIVOS

Complementando as orientações sobre o estudo de jurisprudências, criamos um sistema para auxiliar suas leituras de Informativos.

Chamamos cada uma das páginas de “página de acompanhamento”, local onde você terá espaço para, além da indicação do número e da data do Informativo, um controle de leitura e programação de revisões, bem como espaço para anotações e destaque para pontos relativos ao Informativo comentado pelo Dizer o Direito.

Disponibilizamos duas versões, uma para o STF e outra para o STJ, conforme as imagens abaixo:



Na próxima página simulamos uma utilização e, na sequência, pontuamos os principais elementos para o uso deste modelo de controle de leituras.

PÁGINA DE ACOMPANHAMENTO

Planner

LEITURA DE INFORMATIVOS

1

Edição	Data	2 360	3 Revisões	4	5 Anotações gerais
667	7/4	OK	1 2 27/8	1 2	O DoD já publicou o Info comentado Atenção especial na parte de Direito Civil e do Consumidor
668	24/4	OK	1 2 14/7	1 2	DoD já publicou o Info comentado Ver a parte de Direito do Consumidor junto com os Infos 620 e 627
669	8/5	OK	1 2 28/7	1 2	
670	22/5	OK	/ / / /	/ /	Várias dúvidas Aguardar os comentários do DoD
671	5/6	OK	1 2 / /	1 2 / /	
672	19/6	OK	9/7 9/8 / /	/ /	
673	3/7		/ / / /	/ /	
674	/		/ / / /	/ /	
675	/		/ / / /	/ /	
676	/		/ / / /	/ /	

www.legislacao360.com.br @ legislacao360

Nessa página de acompanhamento buscamos ajudar você a estar sempre atualizado quanto aos informativos que vão sendo publicados, de forma a realmente incluir esse estudo na sua rotina. Além disso, estruturamos de forma a funcionar como um mapa para os principais conteúdos.

Vamos à explicação de cada ponto:

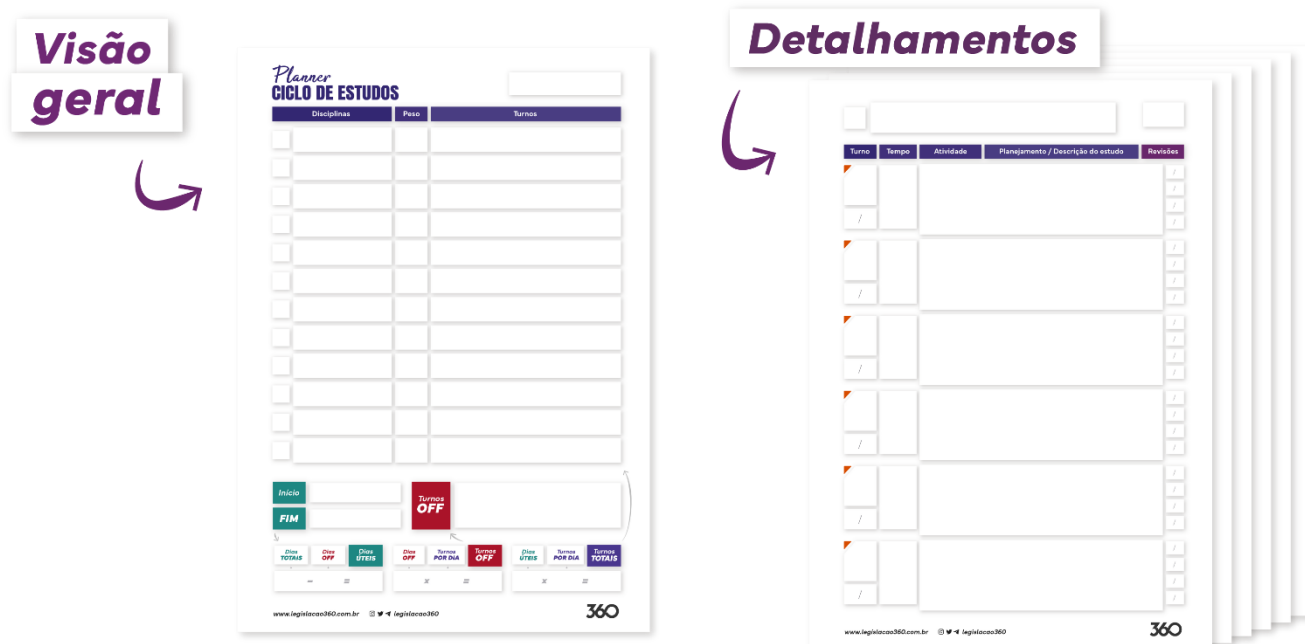
- 1. INDICAÇÃO DO TRIBUNAL e QR CODE** para acesso rápido. Apontando a câmera do celular ou *tablet* você será encaminhado para o site do tribunal respectivo.
- 2.** Neste ponto você indicará o **NÚMERO E A DATA DO INFORMATIVO**.
Utilize esse espaço não só para os Informativos já publicados, mas também como agenda para os próximos, conforme os tribunais disponibilizam os cronogramas.
- 3.** Nesta coluna você irá marcar sua **PRIMEIRA LEITURA** ou, caso deseje de outra forma, pode fazer as marcações indicando que o Informativo já foi publicado pelo tribunal.
- 4.** Espaço para programar suas **REVISÕES**. A indicação das datas deve ser feita conforme sua dinâmica de estudos. No exemplo, nós indicamos:
 - Revisão 1:** 20 dias após a primeira leitura.
 - Revisão 2:** 30 dias após a revisão 1.
 - Revisão 3:** 30 dias após a revisão 2 – e assim sucessivamente.Feita essa programação, a partir das datas que você achar que cabem melhor, é só ir riscando as revisões já feitas, conforme no modelo que criamos como exemplo.
- 5.** Espaço para **ANOTAÇÕES GERAIS**.
Dentro da ideia deste Controle de Informativos funcionar como um mapa para o estudo de jurisprudências, criamos este espaço para que a página de acompanhamento não seja apenas um índice, mas te ajude a pontuar o que revisar, indicar quando algum informativo seja mais relevante e, destacando o Dizer o Direito, situar melhor quais materiais usar como apoio.

PLANNER DO CICLO DE ESTUDOS

Sabemos como é frustrante quando montamos um plano de estudos, começamos a seguir, mas aquelas metas a serem cumpridas mais trazem ansiedade do que realmente promovem produtividade.

São muitas as possibilidades. Há quem prefira uma planilha super completa, cheia de estatísticas, assim como, no outro extremo, quem goste de usar uma folha qualquer e nela traçar as linhas que vão funcionar como agenda. Não há uma regra e muitas são as formas que podem funcionar. O que precisa ser compreendido é que, ao montar seu plano, ter a percepção do que estudou, bem como do volume que falta estudar, não deve ser sinônimo de pressão para ficar bem em uma estatística pessoal. Se seu foco é realmente a aprovação, o que vai trazer isso é uma rotina que seja consistente, sustentável, não importando se faz isso de forma simples.

Nossa proposta com o modelo que vamos apresentar é ser um caminho para conciliar um planejamento correto, baseado em ciclos de estudos, com controle de revisões e a compreensão que também precisamos de momentos OFF. Buscamos desenvolver um sistema flexível na execução e bem adaptável conforme sua necessidade. Com ele você tem, na primeira página, uma visão geral do volume de estudo durante o período e, nas seguintes, todo o detalhamento para cada disciplina:



Na sequência, simulamos uma aplicação de cada uma dessas páginas e pontuamos os principais elementos para a utilização.

VISÃO GERAL

7 *ISS. Analista*

	2 Disciplinas	3 Peso	8 Turnos
1	Português	15	●●●●●●●●●●●●●●●●
2	Estatística	30	●●●●●●●●●●●●●●●●
3	Adm. Pública	7	●●●●●●●●●●●●●●●●
4	D. Constitucional	10	●●●●●●●●●●●●●●●●
5	D. Administrativo	10	●●●●●●●●●●●●●●●●
6	D. Financeiro	10	●●●●●●●●●●●●●●●●
7	D. Tributária	45	●●●●●●●●●●●●●●●●
8	Legis. Tributária	45	●●●●●●●●●●●●●●●●
9	Direito Civil	7	●●●●●●●●●●●●●●●●
10	Direito Penal	7	●●●●●●●●●●●●●●●●
11	Auditoria	24	●●●●●●●●●●●●●●●●
12	Contabilidade	30	●●●●●●●●●●●●●●●●

4

Início	01.07.2020
FIM	30.10.2020

9

Turnos OFF

Dias TOTAIS	Dias OFF	Dias ÚTEIS	Dias OFF	Turnos POR DIA	Turnos OFF	Dias ÚTEIS	Turnos POR DIA	Turnos TOTAIS
92	- 22	= 70	22	x 3	= 66	70	x 3	= 210

5

www.legislacao360.com.br

6

legislacao360

7

Na **VISÃO GERAL** – a primeira página –, a ideia é ter uma noção clara do volume de estudo durante o período. A que utilizamos como exemplo possui espaço para até 12 disciplinas, mas disponibilizaremos versões com outras quantidades.

Vamos à explicação de cada ponto:

- 1.** Aqui você vai indicar o **CONCURSO / CARGO PRETENDIDO**, ou qualquer outra forma de título para seu controle de estudos como, por exemplo, “2020.2”, “Prova Objetiva” ou “Específicas”.
- 2. LISTA DE DISCIPLINAS.** Aqui você indica todas as disciplinas e, do lado esquerdo, o número de cada uma. Isso vai facilitar na hora de encontrá-las nas páginas de detalhamento.
Fique à vontade para criar sua legenda. Pode utilizar, por exemplo, CB e CE para apontar quais fazem parte das disciplinas dos conhecimentos básicos e específicos.
- 3. PESO** da disciplina.
 - a. Você pode **calcular da forma tradicional**, com total de questões multiplicado pelo peso estipulado no edital.
No exemplo, Direito Constitucional são 10 questões com peso 1 (peso: 10) e Direito Tributário são 15 questões com peso 3 (peso: 45).
 - b. Como também pode, entre outras possibilidades, **estabelecer um cálculo percentual**. Por exemplo: se Direito Tributário corresponde 15 questões, em um total de 120, seu peso será 12,5 (que vem de 12,5%).
 - c. Criar números indicando o **grau de dificuldade ou volume de conteúdo**. Em uma escala de 1 a 5, por exemplo, se Direito Constitucional você já está dominando e ficará mais nas revisões, pode colocar o número 2; enquanto Auditoria, se você nunca estudou, pode indicar com um 5.
- 4. PERÍODO DE ABRANGÊNCIA**, o prazo do estudo. Neste ponto, como deve estar claro, você indicará as datas de início e fim do seu planejamento. Podendo ser a data de publicação do seu edital, terminando na véspera da prova (o último dia que você vai estudar), ou qualquer outro período correspondente à sua meta de estudo.

Os próximos três pontos – **5 a 7** – são os cálculos que você utilizará para distribuir seu estudo e os momentos livres. Se em uma primeira leitura parecer algo complicado, você vai perceber na aplicação – *os pontos 8 e 9* – que esses cálculos existem para facilitar toda sua programação, sendo os responsáveis pela percepção de que momentos de descanso são perfeitamente possíveis (além de necessários) quando bem distribuídos.

- 5. CÁLCULO DOS DIAS ÚTEIS.** Esta conta busca identificar os dias que você realmente terá para estudar. Ela é resultado da subtração do período total pelos dias que você está deixando livre, chamados aqui de “dias OFF”.

Para definir a quantidade dos **DIAS OFF**, nossa indicação é a seguinte: veja quantas semanas você terá dentro do período de estudo e multiplique por 1,5. No caso do exemplo, os 92 dias totais passarão por 14 semanas, assim, multiplicado por 1,5, temos o total de 21 dias OFF – ainda acrescentamos um dia extra para somar 22.

Dessa forma, considerando a 1,5 folga por semana, significa que em todas as semanas você terá 1 dia livre e na seguinte ainda pode folgar 2. A finalidade disso não é transformar em compulsórias essas folgas, mas te dar crédito, mostrando que, caso precise ou simplesmente queira, pode folgar e ainda assim estará dentro do planejamento.

Entendido isso, é só fazer o cálculo dos dias úteis. Vamos para o próximo.

- 6. CÁLCULO DOS TURNOS OFF.** Neste ponto, antes de falar sobre o cálculo, é importante apresentar o que são os “turnos” dentro deste planejamento:

TURNOS são os momentos/períodos de estudo. Por exemplo, se você tem 9 horas para estudar, pode dividir seu dia em 3 turnos (períodos) de 3 horas; se tiver apenas 3 horas disponíveis, pode dividir em 2 turnos de 1h30. A distribuição da quantidade ao longo do dia fica a seu critério.

No ponto **8** você vai entender melhor a aplicação dos turnos.

Entendido isso, o **CÁLCULO DOS TURNOS OFF**, que será o principal indicador para suas folgas, corresponde aos dias OFF x turnos por dia.

No caso do exemplo que criamos serão 66 turnos OFF e no ponto **9** você vai entender melhor a aplicação disso.

7. CÁLCULO DOS TURNOS TOTAIS. Hora de saber o número total dos momentos de estudo que você terá ao longo do período.

Baseado no exemplo que criamos, aqui você multiplicará o total de dias úteis (70) pelo total de turnos por dia (3), resultando no total de turnos que terá para estudar (210). Com esse resultado, é só distribuir os turnos totais (210) entre as disciplinas que tem para estudar.

Veja isso na prática no próximo ponto.

8. DISTRIBUIÇÃO DOS TURNOS. Fechando a parte inicial do planejamento de estudos, este é provavelmente o ponto mais importante. Mas antes, para que tudo fique claro e você entenda a simplicidade desse controle de estudos, vamos recapitular as principais informações:

- › Dentro do período total, 92 dias, subtraímos 22 (os dias OFF), o que resultou em 70 dias para estudar – os dias úteis.
- › Definimos 3 turnos por dia, resultando em 210 turnos totais para estudar.
- › Temos 12 disciplinas (no exemplo que criamos) para distribuir todos os turnos.

Então, como distribuir?

Você pode fazer essa distribuição igualmente entre todas as matérias. Isso dá 17,5 turnos para cada uma. Nesse caso algumas ficarão com 18 e outras com 17. Porém, sabemos que algumas merecem uma atenção bem maior, seja pela importância na sua prova, seja pelo volume de conteúdo ou pela sua dificuldade nelas.

Nossa sugestão para essa distribuição é que você faça igualmente (17 ou 18 turnos para cada uma) e retire alguns turnos de disciplinas menos relevantes para incluir nas mais importantes (e daí entra a importância de você já ter definido no ponto **3** o peso das disciplinas).

Veja na imagem do nosso exemplo como criamos essa distribuição. Você vai perceber também que algumas bolinhas (que representam os turnos) estão riscadas, elas representam os turnos já estudados, e sobre essa parte falaremos mais na parte do detalhamento.

9. Último ponto da visão geral: DISTRIBUIÇÃO DOS TURNOS OFF.

No ponto **6** fizemos o cálculo dos turnos OFF. Para recapitular:

- › Dentro do período total, 92 dias, definimos 22 folgas – os dias OFF. Calculadas a partir de, aproximadamente, 1 folga e $\frac{1}{2}$ para cada semana.
- › Definimos 3 turnos por dia, dessa forma, teremos 66 turnos OFF dentro do período de estudo.

Agora, no espaço indicado neste ponto 9, é só colocar os turnos (bolinhas). Conforme passa o período do seu estudo e você faz suas pausas é só ir marcando os momentos que tirou as folgas, riscando as bolinhas.

A razão de marcarmos TURNOS OFF ao invés de DIAS OFF se deve em razão de, não necessariamente, precisarmos de um dia inteiro livre. Às vezes o que precisamos é apenas não estudar em uma tarde ou em uma noite. Em outros momentos precisamos levantar um pouco mais tarde ou ter um compromisso pela manhã. Daí entra a lógica dessa distribuição. E você pode criar blocos, como colocamos no exemplo,

distribuímos as bolinhas de 3 em 3 para simbolizar que ali são dias. Faça como for mais conveniente para o seu planejamento.

Feito isso, a parte geral do seu planejamento está criada. Agora é hora de partir para o detalhamento do estudo de cada disciplina – hora de ver como esse controle pode realmente funcionar para organizar sua dinâmica de estudos.

Na próxima página simulamos uma aplicação do detalhamento e, na sequência, pontuamos os principais elementos para a utilização.

DETALHAMENTOS

1 4 *Direito Constitucional* **2** 1 de 4

3	4	5	6	7
Turno	Tempo	Atividade	Planejamento / Descrição do estudo	Revisões
01 117	2h30	Doutrina	Aula 01 do pdf	28/7
		Legislação	Arts 1 a 5	28/8
		Questões	20 questões do caderno Cespe 2020	/
02 317	2h	Doutrina	Aula 02 até a pág 26	30/7
		Legislação	Arts 6 a 17	30/8 /
03 617	2h15	Doutrina	Fechando a aula 02 do pdf	13/7 3/8
		Questões	30 questões do caderno Cespe 2020	3/9 /
/	/	Tentar concluir até a aula 03 do pdf 8		/
		Chegar até o art 36		/
/	/	Iniciar a aula 04 do pdf		/
		Chegar até o art 43		/
/	/	Finalizar a aula 04 do pdf		/
		Bateria de questões no caderno de erros		/

Nas páginas de **DETALHAMENTO** – todas com o mesmo formato do exemplo que mostramos acima – anotamos tudo que foi estudado em cada turno (em cada bolinha que vai sendo marcada na visão geral). Dia, horas líquidas, descrição do que foi visto, planejamento do que falta até o final do período de estudo (a distribuição do conteúdo) e programação de revisões.

Cada disciplina possui as suas páginas de detalhamento. Para ficar clara a dinâmica do estudo, vamos à explicação de cada ponto:

- 1.** Para ficar organizado e fácil de localizar as matérias, neste espaço indique o **NOME** e o **NÚMERO DA DISCIPLINA** conforme está na visão geral.
- 2.** Como cada página de detalhamento possui espaço para apenas 6 turnos, suas disciplinas terão, provavelmente, mais de 1 página. Neste ponto anote o **NÚMERO TOTAL DE PÁGINAS PARA CADA DISCIPLINA** para ter uma noção mais clara do volume de conteúdo pela frente. No exemplo, Direito Constitucional possui 4 páginas, indicamos com um “1 de 4”.
- 3.** Neste ponto anote o **NÚMERO DO TURNO** e a **DATA QUE ESTUDOU**. É neste momento que você marca uma bolinha na primeira página – visão geral.
- 4.** Aqui, anote as **HORAS LÍQUIDAS DE ESTUDO**. Ainda que você tenha estipulado no cálculo dos turnos um valor diferente, neste ponto você anotará o tempo que realmente estudou.
- 5.** Junto com o ponto **6**, é hora de indicar a **ATIVIDADE QUE ESTUDOU NO TURNO**. A razão dessa separação (atividade e descrição) é apenas para que seu estudo fique mais claro e organizado. Aqui é interessante ter claro o que, para você, é cada uma das atividades. Por exemplo:
 - › **Doutrina:** estudo baseado na leitura de livros ou de algum curso regular que esteja fazendo, ainda que dentro do curso ou nos livros sejam incluídas, eventualmente, questões e outros conteúdos.
 - › **Jurisprudência:** estudo baseado diretamente na leitura de informativos ou materiais focados nisso.
 - › **Questões:** momentos focados em resolução de questões, seja em sites ou materiais direcionados para esse conteúdo.
 - › **Legislação:** leitura direta em leis e outros diplomas legais.
- 6.** Complementando o que já apontamos no ponto anterior, nesta coluna você irá **DETALHAR A ATIVIDADE**. Pode indicar as páginas do livro, o capítulo ou módulo do curso que fez, como também qual caderno de questões você utilizou.

Esse detalhamento é importante para que você seja mais efetivo nos momentos de revisões, como também tenha uma noção mais clara da sua velocidade de estudo em cada volume de conteúdo.

O espaço que reservamos aqui foi pensado em realmente funcionar como uma agenda do seu estudo. Organizando fica muito claro e fácil para servir como um verdadeiro mapa das matérias que você vai passando.

No ponto **8** mostraremos que esse espaço, além de funcionar como detalhamento do que foi estudado, pode (e essa é nossa recomendação) ser utilizado também como um planejamento.
- 7. HORA DAS REVISÕES.** Nesta última coluna você irá programar as revisões do conteúdo de cada turno que vai passando. Entenda a dinâmica:
 - › Após terminar o turno e preencher tudo que indicamos nestes últimos pontos, você irá anotar as datas das revisões.
 - › No exemplo, programamos as datas da seguinte forma:
 - Revisão 1:** 7 dias após o estudo do turno.
 - Revisão 2:** 20 dias após a revisão 1.

Revisão 3: 30 dias após a revisão 2.

Revisão 4: Em aberto. Você pode indicar uma eventual véspera de prova, caso aquele turno tenha sido muito importante, como utilizar qualquer outro critério.

- › Feita essa programação, a partir as datas que você achar que cabem melhor para o seu planejamento, é só ir riscando as revisões já feitas, conforme no modelo que criamos como exemplo.

8. Conforme indicamos ao final do ponto **6**, perceba que aqui o detalhamento está de forma mais clara, indicando que o estudo ainda não chegou neste turno. Utilize o espaço como um **PLANEJAMENTO**. Por saber o total de turnos que você terá pela frente, para cada disciplina, distribua o conteúdo a ser estudado, de forma a estipular metas de até onde deverá ter chegado.

METAS DA LEGISLAÇÃO

Com a finalidade de auxiliar no controle das leituras, com suas posteriores revisões, criamos uma planilha especialmente para quem não tem o hábito de organizar a leitura das leis ou que sentem a necessidade de controlar este estudo de uma forma melhor. Também deve ser útil para quem já faz esse controle, mas que venha a considerar o integrado dentro do material uma forma mais conveniente, adicionando essa página onde considerar mais relevante nos materiais impressos.

Simulamos uma aplicação e pontuamos os principais elementos para a utilização.

Planner METAS DA LEGISLAÇÃO

Constituições

2 Artigos		4 Datas				
5 Meta	Estudo	3 1ª leitura	Revisão 7 dias	Revisão 21 dias	Revisão em aberto	Revisão Véspera
<input checked="" type="checkbox"/>	até 5	1-5	1 / 7	1 / 7	1	15 / 10
<input checked="" type="checkbox"/>	11	6-11	6 / 7	6 / 7	1	15 / 10
<input type="checkbox"/>	17	12-17	12 / 7	12 / 7	1	1
<input type="checkbox"/>	22	18-22	20 / 7	27 / 7	10 / 8	1
<input type="checkbox"/>	28		30 / 7	1	1	1
<input type="checkbox"/>	36		11 / 7	1	1	1
<input type="checkbox"/>	37		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	43		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	56		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	69		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	83		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	98		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	103		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	126		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>	135		1	1	1	1
<input type="checkbox"/>			1	1	1	1
<input type="checkbox"/>			1	1	1	1
<input type="checkbox"/>			1	1	1	1
<input type="checkbox"/>			1	1	1	1
<input type="checkbox"/>			1	1	1	1

www.legislacao360.com.br @ legislacao360

Acreditamos que a planilha esteja autoexplicativa, principalmente se você já utiliza alguma metodologia semelhante, mas listamos algumas orientações para que ela seja melhor aproveitada.

Vamos à explicação de cada ponto:

- 1.** Identifique a **LEGISLAÇÃO**.
- 2.** A coluna de **ARTIGOS** foi dividida em meta e estudo.
 - › **META** tem a finalidade de ser seu planejamento, você poderá preenchê-la previamente com os artigos que pretende alcançar ao final de cada momento de estudo.
 - › Em **ESTUDO** você anotarà os artigos que realmente estudou. A lógica de haver duas colunas para os artigos é para que você tenha uma noção se está concluindo as leituras em um tempo razoável e dentro do que foi planejado.
- 3.** Nas colunas referentes às datas, de forma destacada você registrará sua **PRIMEIRA LEITURA**. A partir dela você programa suas revisões e as leituras dos artigos seguintes.
- 4.** As **REVISÕES** você irá controlar conforme a metodologia que esteja utilizando. Preferimos não criar legendas do tipo “24 horas, 7 dias, 1 mês e Véspera” ou “1, 2, 3 e 4” – utilize estes espaços como fizer mais sentido para o seu estudo.
- 5.** Sugerimos utilizar este espaço para marcar as **LEITURAS MAIS IMPORTANTES**, especialmente aquelas que são interessantes serem revisadas em uma véspera de prova.

MATERIAL BONUS

ACESSE NOSSO SITE PARA
CONHECER TODOS OS MATERIAIS

www.legislacao360.com.br

MAIS CONTEÚDOS
E ATUALIZAÇÕES!

